



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE MOR

PARECER

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 156/2020

INTERESSADO: Comissão de Justiça e Redação

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 14/2020 – “DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA RUA 25 DO BAIRRO JARDIM COLINA I MONTE MOR/SP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Excelentíssimos Srs. Vereadores da Comissão de Justiça e Redação,

I - RELATÓRIO

Em análise o Projeto de Lei nº14/2020, encaminhado pela Vereadora Andrea Aparecida Garcia Tardio, que visa denominar a rua 25 (vinte e cinco) do bairro Colina I deste município de Monte Mor como Rua Valdeci Paulino da Silva.

O presente Projeto de Lei fora recebido pelo Presidente da Casa, depois da análise prévia realizada pelo setor legislativo e encaminhado à Comissão de Justiça e Redação após sua leitura em sessão ordinária e inclusão no SAPL, tudo conforme Instrução Normativa nº 06/2019.

É o relatório. Passo à fundamentação.

II- FUNDAMENTAÇÃO

Consideração Preliminar

De início, convém destacar que compete a esta Procuradoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente técnico, cabendo à Comissão de Justiça e Redação apreciar o aspecto constitucional, legal, gramatical e lógico, conforme preceitua o artigo 55, do Regimento Interno desta Casa de Leis e ao Egrégio Plenário apreciar o seu mérito, portanto, o presente parecer é uma peça meramente opinativa, sem conteúdo decisório.



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março



Análise Jurídica

Submetido o referido Projeto de Lei à análise de sua viabilidade técnica verifica-se que sua matéria é de competência concorrente do Legislativo e Executivo, de forma que se adequa perfeitamente aos princípios de competência assegurados aos municípios insculpidos no inciso I, artigo 30, da Constituição Federal e no inciso I, do art. 8º, da Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei nº 14/2020, se insere, efetivamente, na definição de interesse local, na medida em que confere denominação da uma via pública do Município de Monte Mor, para fins de melhor identificação.

No mais, observa-se a presença de justificativa da autora e a juntada da certidão de óbito do homenageado, no entanto, não consta nos autos certidão expedida pela Prefeitura comprovando que a pretensa homenagem não foi objeto de decreto municipal, tampouco que o logradouro em questão recebeu anteriormente outra denominação, o que se recomenda.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, é de nosso entendimento que, atendida a recomendação acima formulada, a propositura em apreço estará, sob o ponto de vista jurídico, em condições de ser apreciada pelos Senhores Vereadores.

É o parecer opinativo que submetemos à avaliação de Vossas Excelências.

Monte Mor, 23 de março de 2020.

Monte Mor, 11 de março de 2020.

Liliumara Ferreira e Silva Villalva
Procuradora Jurídica

Recebido da PJ (Procuradoria Jurídica) aos ____/____/____.

Secretaria Legislativa